

Território, Desigualdade e Violência: A Condição das Mulheres no Semiárido Mineiro¹

Territory, Inequality, and Violence: The Condition of Women in the Semi-Arid Region of Minas Gerais

Rosana Márcia Fiúza Soares

Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), Brasil

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), Brasil

Neide Maria de Almeida Pinto

Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este estudo analisa a violência contra a mulher em pequenos municípios rurais do Semiárido Mineiro, caracterizados pela predominância da agricultura familiar e por dinâmicas de ruralidade marcadas por isolamento territorial e desigualdades socioeconômicas. A violência é compreendida como expressão das desigualdades de gênero e das vulnerabilidades associadas à organização social e produtiva das famílias rurais. O objetivo é compreender como níveis de desenvolvimento social, institucional e territorial relacionam-se com a ocorrência e a visibilidade da violência doméstica contra mulheres nos municípios de Botumirim, Capitão Enéas, Jaíba, Jequitinhonha e Monte Formoso. Metodologicamente, a pesquisa articula análise quantitativa e espacial de 2.525 registros de violência doméstica ocorridos entre 2019 e 2022, provenientes da Polícia Militar de Minas Gerais, associados a indicadores de desenvolvimento social e territorial, como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável Territorial (IDESTA). A análise considera as condições de reprodução social das famílias rurais e a presença institucional do Estado em territórios com forte dependência da agricultura familiar. Os resultados indicam predominância de ameaças, agressões e lesões corporais, que representam a maior parte das ocorrências, com destaque para violências física e psicológica. Observou-se aumento dos registros no período da pandemia de COVID-19, além de evidências de subnotificação estrutural em municípios rurais de menor porte e com baixa presença institucional. Conclui-se que a violência contra a mulher no Semiárido Mineiro constitui um fenômeno multidimensional, associado às desigualdades de gênero, raça, classe e território, que impactam diretamente a reprodução social das famílias rurais. O enfrentamento desse fenômeno demanda fortalecimento das políticas públicas, ampliação das redes de proteção social e maior presença do Estado em territórios rurais marcados pela agricultura familiar e por vulnerabilidades estruturais.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Agricultura familiar; Relações de gênero; Ruralidades; Políticas públicas.

Abstract: This study analyzes violence against women in small rural municipalities of the Semi-Arid region of Minas Gerais, Brazil, characterized by the predominance of family farming and rural dynamics marked by territorial isolation and socioeconomic inequalities. Violence is understood as an expression of gender inequalities and vulnerabilities associated with the social and productive organization of rural families. The objective is to understand how levels of social, institutional, and territorial development are related to the occurrence and visibility of domestic violence against women in the municipalities of Botumirim, Capitão Enéas, Jaíba, Jequitinhonha, and Monte Formoso. Methodologically, the research combines quantitative and spatial analysis of 2,525 records of domestic violence between 2019 and 2022, obtained from the Military Police of Minas Gerais, associated with indicators of social and territorial development, such as the Minas Gerais Social Responsibility Index (IMRS) and the Territorial Sustainable Development Index (IDESTA). The analysis considers the conditions of social reproduction of rural families and the institutional presence of the State in territories with strong dependence on family farming. The results indicate the predominance of threats, assaults, and bodily injuries, which account for most reported cases, highlighting physical and psychological violence. An increase in reported cases was observed during the COVID-19 pandemic period, as well as evidence of structural underreporting in smaller rural municipalities with limited institutional presence. It is concluded that violence against women in the Semi-Arid region of Minas Gerais constitutes a multidimensional phenomenon associated with gender, race, class, and territorial inequalities that directly affect the social reproduction of rural families. Addressing this phenomenon

¹ As autoras agradecem o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para subsidiar sua bolsa de Mestrado, bem como ao financiamento dos projetos de pesquisa (FAPEMIG/RED-00155-21 e FAPEMIG/RED APQ-03565-22).

requires strengthening public policies, expanding social protection networks, and increasing state presence in rural territories characterized by family farming and structural vulnerabilities

Keywords: Violence against women; Family farming; Gender relations; Ruralities; Public policies.

1. Introdução

A violência contra a mulher constitui uma das expressões mais graves e persistentes das desigualdades de gênero no Brasil contemporâneo. Nos municípios denominados de pequeno porte, sobretudo em regiões de baixo dinamismo econômico, as situações de vulnerabilidade e risco tendem a se intensificar devido à oferta restrita de políticas públicas, à baixa densidade institucional e à fragilidade das redes de proteção. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) define como público-alvo pessoas e famílias em situação de violação de direitos, pobreza e fragilização de vínculos, condições que frequentemente estruturam o cotidiano das mulheres residentes em localidades rurais de menor porte.

Callie Marie Rennison e Walter DESEREDY (2017) chamam atenção para o fato de que há uma notável ausência de trabalho empírico sobre os contextos situacionais da violência rural, apesar de se saber que as taxas de violência em áreas rurais podem ser iguais ou superiores às de áreas urbanas. Dekeseredy (2015) analisa resultados de uma vasta gama de estudos empíricos anteriores realizados por outros pesquisadores em diversas localizações, principalmente em áreas rurais de Ohio, Kentucky, Austrália e Canadá, argumentando que a criminologia feminista rural deve expandir sua lente para analisar como o gênero se cruza com outros sistemas de opressão e diferentes tipos de crime que ocorrem em contextos rurais, analisando, por exemplo, como o gênero se cruza com o racismo na formação de grupos de ódio, muitos dos quais têm raízes rurais e usam a violência como forma de "fazer a masculinidade branca".

No semiárido mineiro, essas vulnerabilidades se articulam a fatores como isolamento geográfico, concentração fundiária, dependência da agricultura familiar, instabilidade ocupacional feminina, distância dos equipamentos especializados e padrões locais de sociabilidade marcados pela privatização das relações de cuidado. A invisibilidade institucional da violência doméstica tende a ser maior em territórios onde o Estado tem presença limitada, reforçando a naturalização e o silêncio como mecanismos de controle social.

A violência física e psicológica concentra a maior parte dos registros nestes territórios, indicando que agressões diretas e situações de controle emocional são as formas mais comuns de violência de gênero no Estado. Em todas as formas de violência: física, psicológica, sexual, assédio e exploração, os números de casos envolvendo mulheres pretas/pardas são as mais

atingidas em comparação às mulheres brancas, revelando a desigualdade racial na exposição à violência, refletida na vulnerabilidade social.

Em Minas Gerais, dados do Diagnóstico Estadual da incidência de violação de direitos nos Municípios de Pequeno Porte I, aqueles com até 20.000 habitantes e os quais a maioria dos municípios de Semiárido se enquadra, e que não possuem cobertura de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), nos trazem dados coletados no SINAN que revelam que dentre as violências causadas contra mulheres em Minas Gerais, predomina-se a violência física, contabilizando 7.917 notificações, seguida da violência psicológica, com 3.139 casos e, ocupando o terceiro lugar, a violência sexual, com 557 casos notificados, em 2021, sugerindo com indicadores de risco os contextos de menor densidade institucional e menor visibilidade de denúncias².

Nesse contexto, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) – que sintetiza dimensões de saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento econômico, vulnerabilidade e segurança pública indica que pequenos municípios rurais, aqueles de pequeno porte, apresentam desempenhos inferior às demais regiões do estado, evidenciando barreiras históricas ao exercício pleno de direitos e ao acesso à proteção social. Esses fatores contribuem para ampliar o risco de violência contra as mulheres e dificultar sua prevenção, denúncia e enfrentamento. Nessas localidades, o risco social — entendido como a possibilidade de ocorrência de eventos que impactam negativamente a vida dos indivíduos (SPOSATI 2001) — torna-se mais difícil de prevenir e enfrentar, já que a rede socioassistencial é restrita, os serviços especializados são distantes e a articulação intersetorial nem sempre é consolidada.

A violência nestes territórios assume, portanto, dinâmicas específicas, nas quais desigualdades de gênero, classe, raça e território se entrecruzam. No limite, condições de vida precarizadas produzem maior exposição a situações de dominação, enquanto a ausência de serviços especializados, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), reduz as possibilidades de defesa e responsabilização dos agressores. Assim, violações de direitos como violência doméstica, abandono, negligência e abuso podem permanecer invisíveis ou naturalizadas, enquanto famílias enfrentam dificuldades para acessar proteção adequada. Nesse cenário, a Assistência Social desempenha papel estratégico ao se constituir como a principal porta de entrada do sistema de garantias de direitos, articulando-se

² https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/Final---DIAGNOSTICO-INCIDENCIA-VIOLAO-SUBAS-2022--DIAGRAMADO-FINAL-1.pdf, pág. 35

com saúde, educação, segurança e demais políticas para reduzir riscos e fortalecer vínculos. Contudo, a efetividade dessa atuação depende de avanços estruturais que possibilitem aos pequenos municípios superar as vulnerabilidades evidenciada pelos baixos níveis de desenvolvimento apontados pelo IMRS, ampliando a capacidade estatal de garantir proteção social integral.

No que diz respeito à violência contra a mulher na região do Semiárido Mineiro é possível afirmar que este fenômeno assume características específicas, decorrentes, por exemplo, do isolamento social, da concentração fundiária, da domesticidade do trabalho agrícola, da maior dificuldade de acesso a serviços de proteção que criam um ambiente que intensifica as vulnerabilidades femininas. Diante disso, este estudo analisa os registros de violência doméstica contra a mulher nos municípios de Botumirim, Capitão Enéas, Jaíba, Jequitinhonha e Monte Formoso, selecionados como representativos do Semiárido Mineiro a partir de critérios ambientais, econômicos e institucionais. A pesquisa articula dados estatísticos provenientes da Polícia Militar de Minas Gerais, do IMRS e de diagnósticos estaduais sobre violação de direitos, abarcando o período de 2019 a 2022.

O objetivo é compreender de que maneira os níveis de desenvolvimento social e a estrutura institucional dos territórios se relacionam com a incidência da violência contra mulher, destacando os elementos estruturais, culturais e simbólicos que moldam a vulnerabilidade feminina neste território. Parte-se da hipótese de que quanto menor o desenvolvimento socioeconômico e a presença de políticas públicas de proteção, maiores são os registros (ou o risco não visibilizado) de violência contra mulheres, o que acentua desigualdades interseccionais e aprofunda a dependência econômica, social e afetiva das vítimas.

2. Revisão da Literatura

A violência de gênero sob perspectiva material, simbólica e territorial

A violência contra a mulher nos municípios de pequeno porte/ rural é um fenômeno multidimensional, resultante da interação entre desigualdades estruturais, padrões culturais e dinâmicas territoriais específicas. Para compreendê-la, este estudo adota um referencial analítico que articula três dimensões complementares: material, simbólica e territorial, por meio das quais se estruturam tanto a dependência econômica quanto os mecanismos de dominação social e afetiva sobre as mulheres em territórios rurais.

2.1 Dimensão material da violência: trabalho, reprodução social e dependência econômica

A teoria feminista materialista demonstra que a subordinação feminina deriva da apropriação do trabalho reprodutivo e do controle masculino sobre os meios de produção (Saffioti, 2004; Cisne, 2022). No meio rural, essa dinâmica assume centralidade porque: 1) a agricultura familiar reforça a inserção informal e não remunerada das mulheres; 2) o acesso à terra e à renda é mediado pelas relações conjugais; 3) a sobrecarga de cuidado opera como barreira à autonomia e à denúncia.

Como argumenta Meillassoux (1983), o papel das mulheres na reprodução social – manutenção da força de trabalho, cuidado doméstico e dos vínculos comunitários – contribui para uma estrutura persistente de dependência econômica e sujeição. No meio rural, essa característica se realiza não apenas no âmbito familiar, mas, também, nas relações sociais que organizam o trabalho, o cuidado, os vínculos comunitários e as formas de pertencimento ao território. Isso produz dinâmicas específicas de violência, muitas vezes naturalizadas e silenciadas, mas que carregam impactos intergeracionais e estruturais.

Evidências internacionais reforçam essa leitura: economias rurais com maior renda feminina e maior autonomia econômica apresentam redução da violência doméstica (IREGUI-BOHÓRQUEZ et al., 2019), enquanto sistemas com insegurança fundiária ampliam o risco de agressões (SONG; DONG, 2017). Iregui-Bohórquez, Ramírez-Giraldo & Tribín-Urbe (2019) analisaram a Colômbia (2009-2013) e constataram que o aumento da renda feminina em setores agrícolas de maior valor (como café, frutas, comércio, indústria) está associado à redução da violência doméstica, enquanto mulheres que trabalham no setor de serviços ou produção informal, de menor qualidade laboral, permanecem mais vulneráveis. Song & Dong (2017) no contexto rural chinês, mostraram que a insegurança nos direitos fundiários das mulheres - por exemplo, a falta de controle sobre a terra contratada ou residencial - eleva significativamente o risco de sofrer violência física ou psicológica por parte do parceiro. Dessa forma, variáveis como: *empoderamento econômico, direito à terra, qualidade do emprego feminino* tornam-se centrais para compreender a violência no campo.

Portanto, a vulnerabilidade à violência no campo é inseparável do padrão de dependência socioeconômica que ainda recai sobre as mulheres.

2.2 Dimensão simbólica: dominação de gênero, violência psicológica e normas sociais

Mesmo onde há avanços na educação ou na renda, a violência pode se reproduzir de forma não percebida ou naturalizada. Para Bourdieu (1998), a violência simbólica opera por

meio: 1) da internalização das normas patriarcais; 2) da legitimação social da dominação masculina; 3) da desqualificação subjetiva das mulheres nas relações cotidianas e afetivas. Assim, o aumento da escolarização feminina não elimina a violência: ele pode aumentar a visibilidade e a denúncia, mas não modifica automaticamente as relações de poder que estruturam a vida doméstica. Agressões psicológicas, chantagens, humilhações e ameaças assumem protagonismo como mecanismos de controle. Espera-se que mulheres “suportem” a violência para preservar o casamento, o que dificulta a denúncia e fortalece o ciclo intergeracional de subordinação. Dessa forma, a escolarização não elimina a violência: ela pode ampliar as denúncias, mas não altera automaticamente os dispositivos simbólicos que sustentam as assimetrias de poder.

2.3 Dimensão territorial: isolamento, redes comunitárias e presença do Estado

A perspectiva territorial evidencia que o risco de violência não se distribui de forma uniforme: ele é influenciado pela presença — ou ausência — do Estado e pelas redes sociais disponíveis no território. Segato (2003) argumentam que a violência de gênero é também uma disputa por controle dos corpos e dos espaços: onde há baixa densidade institucional, constroem-se “territórios de impunidade”. Em municípios de pequeno porte, isolados, com baixo acesso a serviços de proteção às mulheres, a invisibilidade institucional agrava a vulnerabilidade.

Estudos sobre violência em municípios de pequeno porte mostram que variáveis como *isolamento geográfico, acesso restrito a serviços públicos e de proteção, baixa formalização das denúncias e naturalização familiar da violência* são centrais, segundo Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, através do Diagnóstico Estadual (Sedese, MG, 2021/2022). No semiárido mineiro, nosso local de estudo, o risco de violência se amplifica por fatores como: longas distâncias até serviços especializados, baixa capacidade estatal de garantir direitos, privatização das relações de cuidado, subnotificação decorrente do estigma comunitário. Territórios municipais de pequeno porte marcados pela fraca proteção institucional tendem a produzir maior invisibilidade da violência, independentemente da modernização tecnológica existente — argumento que dialoga diretamente com os resultados desta pesquisa.

Quadro 1 – Síntese dos eixos analíticos

Eixo	Mecanismo estruturante	Expressões da violência que tende a gerar	Autores-chave
------	------------------------	---	---------------

Material	Dependência econômica, falta de propriedade da terra, informalidade	Violência física, impossibilidade de ruptura, controle financeiro	Meillassoux; Saffioti; Cisne; Iregui-Bohórquez; Song & Dong
Simbólico	Normas patriarcais internalizadas, controle emocional	Violência psicológica, humilhação, silenciamento	Bourdieu
Territorial	Baixa densidade institucional, isolamento, ausência do Estado	Subnotificação, impunidade, risco ampliado	Segato

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A violência em municípios de pequeno porte articula-se em três eixos analíticos principais: 1) material (dependência econômica, propriedade da terra, emprego de qualidade); 2) simbólico (normas de gênero, naturalização da dominação, escolarização que não rompe os mecanismos de poder); e 3) territorial/institucional (isolamento, invisibilidade, redes de proteção frágeis). Esses três eixos constituem a lente analítica adotada neste estudo, orientando a interpretação dos dados quantitativos e a compreensão das vulnerabilidades que moldam a violência contra mulheres em pequenos municípios do Semiárido Mineiro.

3. Metodologia

A seleção dos municípios do Semiárido Mineiro baseou-se em um desenho amostral que combinou critérios espaciais e socioeconômicos. Inicialmente, utilizou-se o Índice de Aridez para identificar padrões territoriais de vulnerabilidade climática, distinguindo áreas mais áridas e isoladas daquelas com menor intensidade de aridez. Em seguida, aplicou-se o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e Tecnológico da Agricultura (IDESTA) para captar desigualdades internas entre os municípios. A análise espacial foi aprofundada com o uso do LISA Map, permitindo identificar padrões de autocorrelação e agrupamentos territoriais. A partir desses critérios, foram selecionados cinco municípios com diferentes perfis de desenvolvimento: Botumirim e Monte Formoso (baixo IDESTA), Capitão Enéas (médio), Jequitinhonha (médio-alto) e Jaíba (alto).

A análise empírica utilizou dados da Polícia Militar de Minas Gerais sobre violência doméstica e feminicídio, considerando o período de 2019 a 2022, de modo a abranger o contexto pré, durante e pós-pandemia. Os registros incluem ocorrências envolvendo relações domésticas e familiares diversas.

Para contextualizar as condições estruturais, empregou-se o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), que sintetiza dimensões como educação, saúde, renda,

vulnerabilidade e segurança pública, permitindo relacionar a violência às condições de desenvolvimento municipal. Complementarmente, foram utilizados dados do Diagnóstico Estadual de Violação de Direitos em municípios de pequeno porte sem cobertura de CREAS (Sedese/MG), possibilitando ampliar a compreensão sobre a incidência e a invisibilidade das violações de direitos em contextos de baixa densidade institucional.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir dos dados referentes à violência física contra a mulher nos cinco municípios selecionados do Semiárido Mineiro. O período do estudo está relacionado entre os anos de 2019 a 2022.

A tabela 1 (abaixo) revela que no período analisado foram registrados 2525 (soma de todos os registros nos cinco municípios) registros de violência doméstica nos municípios analisados. Destes registros 38% se referiam a ameaças, 22,7% vias de fato / agressão e 17,% à lesão corporal sofrida pela mulher, identificando os principais tipos de violência, registradas pela Polícia Militar. A principal diferença desses dois últimos registros se relaciona com o tipo de lesão física: as vias de fato são agressões sem que causem danos à saúde ou integridade física, enquanto a lesão corporal ocorre quando a agressão resulta em ferimentos, hematomas ou outros danos à integridade da vítima, o que leva ao registro no SINAN. Com relação a mudanças no total de registros ao longo dos 4 anos analisados, percebe-se que houve uma estabilidade nos registros, onde em 2019 totalizavam 643 e em 2022 - 425 registros. Contudo, destaca-se os tipos de ocorrência, uma alteração, com redução nos registros de ameaça e lesão corporal, mas um aumento considerável no registro das vias de fato/agressões, assim como descumprimento de medidas protetivas. Com respeito a esse tema, segundo os dados do Ministério da Justiça houve um crescimento considerável do número de medidas protetivas para nos municípios ou em suas comarcas.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual dos registros policiais de violência doméstica segundo ano e tipo de violência, Botumirim, Capitão Enéas, Jaíba, Jequitinhonha e Monte Formoso:

Tipos de registro	2019		2020		2021		2022		Total	
	N*	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ameaça	253	39,3	273	44,4	223	34,7	212	33,9	961	38,1
Atend. Denuncia infrações contra mulher	13	2,0	7	1,1	11	1,7	4	0,6	35	1,4
Atrito verbal	12	1,9	12	2,0	14	2,2	7	1,1	45	1,8
Dano	15	2,3	19	3,1	30	4,7	20	3,2	84	3,3

Descumprimento de medida protetiva de urgência	1	0,2	5	0,8	27	4,2	20	3,2	53	2,1
Difamação	5	0,8	6	1,0	6	0,9	5	0,8	22	0,9
Estupro de vulnerável	6	0,9	4	0,7	6	0,9	6	1,0	22	0,9
Furto	8	1,2	8	1,3	8	1,2	11	1,8	35	1,4
Lesão corporal	140	21,8	92	15,0	109	17,0	102	16,3	443	17,5
Outras infrações c/ a pessoa	4	0,6	6	1,0	5	0,8	9	1,4	24	1,0
Vias de fato / agressão	130	20,2	142	23,1	143	22,3	158	25,3	573	22,7
Outros	56	8,7	41	6,7	60	9,3	71	11,4	228	9,0
Total	643	100,0	615	100,0	642	100,0	625	100,0	2525	100,0

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2025). Nota: Outros inclui por exemplo: abandono de incapaz, assédio sexual, calúnia, divulgação cena estupro e imagem nudez, estelionato, homicídio, importunação sexual, perseguição, violação de domicílio e violência psicológica, * N é o número de casos.

A tabela 2 abaixo, analisa os registros desagregados por município revelando, como se esperado, que a maior concentração de registros se dá naqueles municípios de maior tamanho populacional. Sendo assim, Jaíba e Jequitinhonha registram o maior número de ocorrências policiais, com 36,4% e 32,0% respectivamente. Monte Formoso e Botumirim foram os que apresentaram menor número de registros.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual dos registros policiais de violência doméstica segundo municípios e ano do registro:

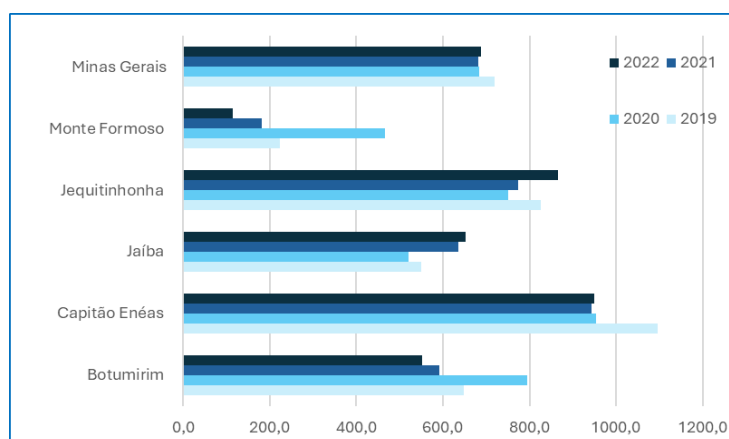
Município	2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Botumirim	41	6,4	50	8,1	37	5,8	32	5,1	160	6,3
Capitão Enéas	167	26,0	146	23,7	145	22,6	134	21,4	592	23,4
Jaíba	214	33,3	205	33,3	253	39,4	246	39,4	918	36,4
Jequitinhonha	210	32,7	191	31,1	198	30,8	208	33,3	807	32,0
Monte formoso	11	1,7	23	3,7	9	1,4	5	0,8	48	1,9
Total Geral	643	100,0	615	100,0	642	100,0	625	100,0	2525	100,0

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2025).

A Tabela 2 apresenta números de violência contra as mulheres em cinco municípios de Minas Gerais entre 2019 e 2022, conforme dados da Polícia Militar de Minas Gerais. A fim de isolar o efeito do tamanho populacional sobre o risco de ocorrência, foram calculadas as taxas de violência, o que permite uma comparação mais precisa entre os municípios. A análise dos registros de violência doméstica entre 2019 e 2022 nos cinco municípios revela dinâmicas distintas quanto ao volume absoluto de ocorrências. **Jaíba** apresenta sistematicamente o maior número de casos em todo o período, oscilando entre 205 e 253 registros anuais, o que o coloca como o município com maior pressão absoluta sobre os serviços de segurança pública.

Jequitinhonha também mantém números elevados e relativamente estáveis, variando entre 191 e 210 registros anuais, indicando persistência no padrão de violência ao longo dos quatro anos. **Capitão Enéas**, embora apresente o terceiro maior volume absoluto, mostra uma trajetória de **queda gradual**, passando de 167 casos em 2019 para 134 em 2022, o que sugere redução no número de ocorrências registradas, ainda que permaneça entre os municípios mais afetados. **Botumirim** apresenta uma tendência consistente de diminuição dos registros, saindo de 50 casos em 2020 para 32 em 2022, comportamento que sinaliza redução contínua no período recente. Por fim, **Monte Formoso** registra os menores valores absolutos de toda a série — entre 5 e 23 casos anuais — com declínio expressivo a partir de 2020. Considerando os números absolutos, portanto, os municípios demonstram padrões variados: alguns apresentam estabilidade em níveis elevados (Jaíba e Jequitinhonha), outros mostram redução gradual (Capitão Enéas e Botumirim), e um deles mantém baixa incidência com tendência de queda (Monte Formoso). Esse conjunto de comportamentos evidencia que o fenômeno da violência doméstica não evolui de forma uniforme entre os municípios, refletindo contextos locais e dinâmicas sociais próprias de cada território. Contudo, olhar esses dados pode ser enganoso, dado que esses municípios possuem tamanhos populacionais bastante distintos e faremos a partir do gráfico 1 a análise da taxa da violência nos mesmos.

Gráfico 1 - Taxa de violência doméstica contra a mulher segundo ano e município



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2025).

A análise do gráfico 1, nos mostra a evolução das taxas de violência nos municípios analisados revela padrões distintos ao longo do período de 2019 a 2022. Capitão Enéas mantém-se como o município com os maiores valores durante todo o período, apesar de oscilações, indicando persistência de um quadro crítico. Jequitinhonha e Jaíba apresentam comportamento semelhante ao da média estadual, com queda em 2020 e retomada nos anos seguintes, sendo

que Jequitinhonha evidencia tendência de aumento mais acentuada. Botumirim também apresenta crescimento contínuo após 2020, superando gradualmente seus níveis iniciais. Em contraposição, Monte Formoso mostra trajetória predominantemente decrescente, com as menores taxas entre os municípios. No conjunto, observa-se que, com exceção de Monte Formoso, a maior parte dos municípios registrou retomada ou crescimento das taxas após a fase inicial da pandemia, refletindo o agravamento da violência em contextos de vulnerabilidade estrutural.

Importante ressaltar que estudos realizados por várias instituições como ONU e OMS referentes ao ano de 2020 e parte de 2021, período da Pandemia do Covid 19, trouxe um alerta de aumento da violência doméstica, devido ao isolamento social, a crise econômica e o convívio forçado em ambientes domésticos agravando tensões familiares, ao mesmo tempo que dificultaram o acesso das vítimas às redes de apoio à denúncia, fato observado no número total de denúncias. No Brasil, em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência(IPEA/FBSP) mostra que, enquanto a taxa de homicídios, da população em geral, apresenta queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021³. A análise desses dados revela a persistência e o agravamento da violência contra mulheres no Brasil, especialmente das violências física e psicológica, além da maior vitimização de mulheres negras — um padrão que dialoga diretamente com as conclusões de Bordoni et al. (2021), em seu estudo “*Violência física contra mulheres: estudo em três bases de dados nacionais (SINAN, SIH e SIM) e no contexto da COVID-19*”. Enquanto o *Atlas 2023* evidencia uma tendência estrutural de aumento das agressões e de aprofundamento das desigualdades raciais no período recente, Bordoni e colaboradores demonstram que a pandemia de COVID-19 atuou como catalisadora desse cenário, ao intensificar tensões domésticas, reduzir o acesso a serviços de denúncia e ampliar a exposição das mulheres aos agressores. Assim, a comparação entre as duas fontes indica que, se o *Atlas da Violência 2023* apresenta o quadro amplo e contínuo da violência de gênero no país, o estudo de Bordoni et al. (2021) contribui para explicar parte dessa elevação ao evidenciar o papel da crise sanitária na intensificação dos episódios de violência, sobretudo entre mulheres negras e em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Com relação ao tipo de violência que ocorre em cada município, observa-se que a ameaça é a violência mais registrada em todos os 5 municípios, mas é especialmente mais

³ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>.

elevada em Botumirim, onde representa 48% do total dos registros. O maior percentual de lesão corporal ocorre em Jaíba. Jequitinhonha apresenta o maior percentual de outros tipos de ocorrência e menor percentual de lesão corporal. Capitão Enéas tem o maior percentual de lesão via de fato/agressão. E ainda, que o perfil predominante das ocorrências, com a soma de ameaça, lesão corporal e vias de fato/agressão representa quase 80% de todos os registros, mostrando que a maioria envolve violência verbal, psicológica e física.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual dos registros policiais de violência doméstica segundo municípios e tipo de registro, 2019-2023.

Tipos de registro	Botumirim		Capitão Enéas		Jaíba		Jequitinhonha		Monte formoso		Total geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ameaça	77	48,1	227	38,3	302	32,9	340	42,1	15	31,3	961	38,1
Lesão corporal	26	16,3	87	14,7	223	24,3	97	12,0	10	20,8	443	17,5
Vias de fato / agressão	26	16,3	166	28,0	211	23,0	158	19,6	12	25,0	573	22,7
Outras	31	19,4	112	18,9	182	19,8	212	26,3	11	22,9	548	21,7
Total	160	100,0	592	100,0	918	100,0	807	100,0	48	100,0	2525	100,0

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2025).

Entre 2019 e 2022 ocorrem 4 feminicídios: um em 2019 em Monte Formoso e três em 2021 (em Jequitinhonha, Jaíba e Capitão Enéas). A Relação entre Índice de Responsabilidade Social e Violência Doméstica para avaliar se o nível de desenvolvimento social aqui representado pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) se associava à proporção de registros de violência doméstica, foram aplicadas análises exploratórias de correlação e regressão simples, tomando o IMRS como variável independente (causal) e a proporção de registros de violência como variável dependente, como se pode observar na Tabela 4, que se segue.

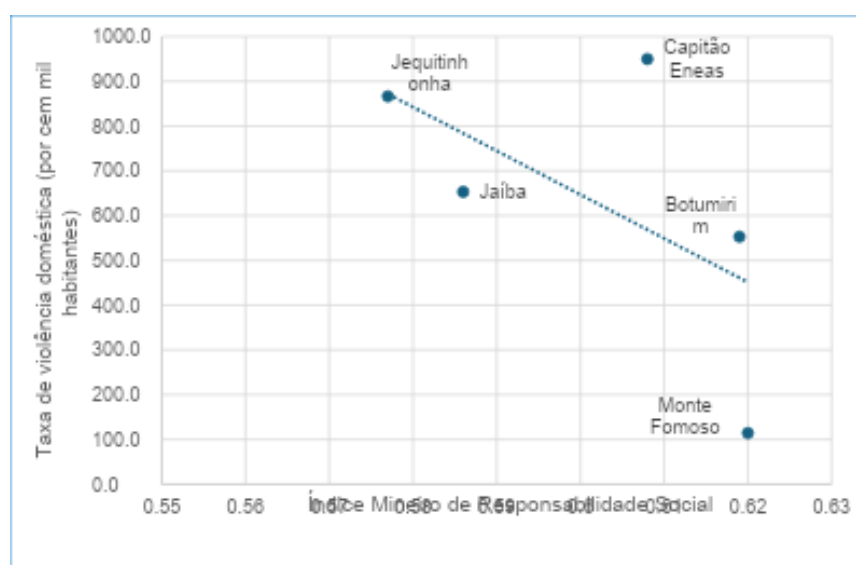
Observa-se que, quanto maior o Índice de Responsabilidade Social, menores tendem a ser os registros de violência doméstica. Esse comportamento sugere que melhores condições sociais, econômicas e institucionais, refletidas por um IMRS mais elevado estão associadas à redução das situações de vulnerabilidade e de ocorrência de violência. Por outro lado, municípios com índices mais baixos apresentam maior incidência de casos, indicando que a precariedade social e a fragilidade das redes de proteção podem contribuir para a perpetuação da violência doméstica. Quando se restringe à dimensão vulnerabilidade social dentro do IMRS percebe-se a existência da relação contrária e esperada (como sendo negativa), significando que municípios de maior vulnerabilidade apresentam taxas mais elevadas de violência doméstica e menores índices de IMRS, como observado no gráfico 2.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual dos registros policiais de violência doméstica segundo municípios, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e ano do registro.

Município	IMRS 2020	IMRS 2022	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)	Total (%)
Botumirim	0,601	0,619	6,4	8,1	5,8	5,1	6,3
Capitão Enéas	0,538	0,608	26,0	23,7	22,6	21,4	23,4
Jaíba	0,539	0,586	33,3	33,3	39,4	39,4	36,4
Jequitinhonha	0,567	0,579	32,7	31,1	30,8	33,3	32,0
Monte Formoso	0,618	0,620	1,7	3,7	1,4	0,8	1,9

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais; Fundação João Pinheiro (IMRS 2020; 2022).

Gráfico 2 – Relação linear entre a taxa de violência doméstica e Índice de Responsabilidade social, 2022



Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais; Fundação João Pinheiro (IMRS 2020; 2022).

4.3 Variáveis Estruturais e Culturais Associadas à Violência

Além das dimensões territoriais e institucionais, o fenômeno da violência contra a mulher nos municípios analisados pode ser influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais que interagem entre si, tais como:

a) Tipo de ocupação exercida pela mulher

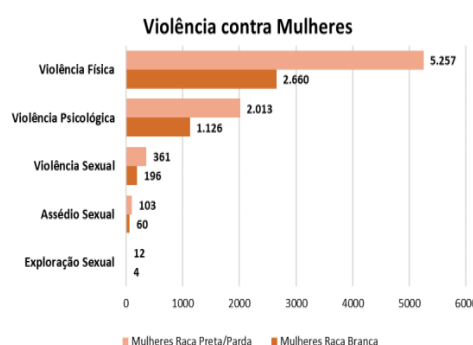
A literatura acadêmica aponta que a predominância de ocupações informais e não remuneradas reforça a dependência econômica feminina e limita a autonomia. Em contextos de vulnerabilidade, o trabalho doméstico e o cuidado são naturalizados, perpetuando a desigualdade de gênero. Nos municípios analisados (Botumirim, Capitão Enéas, Monte Formoso, Jaíba e Jequitinhonha), predomina a ocupação agrícola familiar, informal e de subsistência, com pouca inserção formal no mercado de trabalho. Mulheres que residem nestes territórios costumam exercer funções não remuneradas no ambiente doméstico, trabalho reprodutivo invisibilizado e atividades auxiliares na agricultura familiar. Em termos de relação com a violência, observa-se que essa dependência econômica é fator estrutural de vulnerabilidade, como afirmam, por exemplo, Saffioti, 2004 e Cisne, 2022. Nota-se nos dados analisados, que em municípios com maior proporção de mulheres sem vínculo formal ou dependentes de transferências sociais, como Botumirim e Monte Formoso, há a maior exposição à violência conjugal e familiar. Já em Jaíba, onde há mais emprego formal agrícola e agroindustrial, mesmo que a violência não desapareça, ela é menor. Assim, a ocupação informal e doméstica parece, sim, estar associada à violência física.

b) Idade

No que diz respeito à vinculação do fator “idade” com o padrão de violência contra a mulher nos cinco municípios do Semiárido Mineiro observado em bancos nacionais (SINAN, 2024), nota-se que a faixa etária predominante das vítimas estava entre 30 e 49 anos. A concentração de casos entre 30 e 49 anos coincide com o período de maior convivência conjugal e carga reprodutiva, o que amplia o risco de violência. Mulheres mais jovens enfrentam barreiras familiares e culturais para denunciar, e mulheres mais velhas tendem a silenciar.

Assim, nos 5 municípios analisados no semiárido mineiro, a distribuição dos casos de violência contra a, apresentou como padrão a concentração da violência em idades produtivas, quando havia maior convivência conjugal e dependência financeira. Pode-se, todavia, se considerar, também, que poderia haver uma subnotificação tanto das mulheres mais velhas, com mais de 50 anos de idade, que poderiam não denunciar, como, também, das mais jovens, entre 15 e 24 anos, que tendem a apresentar ainda dependência da família e ter menor autonomia territorial.

c) Cor da pele



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SINAN/SubVS/SESMG - Base de 10/01/2022

Com base nos dados disponibilizados pelo (IBGE/SINAN, 2024), observa-se que no Semiárido Mineiro, mais de 70% da população feminina de municípios de pequeno porte ou rural, se autodeclara parda ou preta (Censo 2022). A violência incide majoritariamente sobre mulheres negras e pardas, grupo que enfrenta interseção de desigualdades raciais, territoriais e de gênero, com menor acesso à proteção e à justiça. As notificações de violência física acompanham essa composição racial. Os dados de Minas Gerais³ mostram que a violência física e psicológica foram as formas mais frequentes de agressão contra mulheres, padrão que se intensificou durante a pandemia de COVID-19, e conforme analisado por Bordoni et al. (2021).

A autora destaca que o isolamento social aumentou a convivência contínua com agressores, reduziu as possibilidades de denúncia e ampliou a vulnerabilidade feminina, sobretudo diante da sobrecarga doméstica, do desemprego e do estresse familiar. Em consonância com essas evidências nacionais, observa-se também que mulheres negras foram as maiores vítimas em todas as categorias registradas no estado, evidenciando a influência de desigualdades estruturais e raciais no agravamento da violência durante crises sanitárias. Assim, a articulação entre os dados mineiros e a análise de Bordoni et al. (2021) revela que a pandemia não apenas intensificou a violência de gênero, mas aprofundou disparidades já existentes, demandando políticas integradas e sensíveis às desigualdades. Considerando que pesquisas de diferentes fontes mostram que mulheres negras e pardas enfrentam dupla desvantagem no acesso à proteção e justiça, não é de se estranhar que em municípios mais isolados, como Monte Formoso e Jequitinhonha, essa vulnerabilidade seja ainda mais acentuada.

d) Religião

As práticas religiosas têm papel ambíguo: em alguns casos, reforçam valores patriarcais e a submissão feminina; em outros, especialmente nas comunidades de base e

pastorais sociais, funcionam como redes de apoio e acolhimento. O padrão regional em termos de religião nos municípios do semiárido mineiro apontam para a predominância do catolicismo e pentecostalismo no meio rural (Censo IBGE, 2022). Considerando que em comunidades rurais, a religião pode exercer papel ambivalente, tanto protetivo, considerando a existência de uma rede marcada por solidariedade comunitária e apoio social, quanto restritivo, por poder, também, reforçar valores patriarcais e de submissão feminina, com a naturalização da dominação masculina, em função da adesão a grupos religiosos conservadores poder dificultar denúncias e rupturas conjugais, especialmente em municípios menores. Todavia, há que se considerar, por outro lado, que grupos de base comunitária ou pastorais sociais (ex. CPT, igrejas progressistas) podem atuar como canais de acolhimento. Desta forma, a religião tem características ambíguas, por se constituir em uma variável de mediação cultural, podendo tanto inibir quanto favorecer a proteção.

e) Renda e escolaridade

Baixa renda e baixa escolaridade reduzem a capacidade de acesso à informação e às políticas públicas. Mulheres com ensino médio ou superior tendem a denunciar mais, não necessariamente por sofrerem mais violência, mas por terem mais visibilidade e instrumentos de proteção. No que diz respeito, especificamente, à escolaridade, os municípios com maior número de notificações (Botumirim e Jaíba) apresentam alta proporção de mulheres com ensino médio ($\approx 50\%$ dos casos) entre as vítimas. Isso indica que maior escolarização não implica, automaticamente, redução da violência; ao contrário, pode estar associada a maior propensão a procurar serviços e formalizar denúncias. Em municípios com registros com grande proporção “ignorado” (por exemplo, Monte Formoso e Capitão Enéas), a interpretação dos perfis educacionais é mais limitada e exige cautela. Interpretando à luz do IDESTA, observa-se que: Em municípios de maior IDESTA (ex.: Jaíba) há altos níveis de notificação, mas também persistência da violência estrutural, ou seja, a modernização e maior escolaridade não eliminam a dominação masculina. Em municípios de menor IDESTA (ex.: Monte Formoso), a baixa contagem e o alto % de “ignorado” sugerem baixa visibilidade institucional e, possivelmente, subnotificação das ocorrências reais.

Quadro 3 - Padrões observados de renda e escolaridade nos municípios pesquisados:

Município	Renda média domiciliar (R\$)	Escolaridade média (anos)	Interpretação
Botumirim	890	6,1	Baixa renda, baixa escolaridade → vulnerabilidade alta

Município	Renda domiciliar (R\$)	Escolaridade média (anos)	Interpretação
Capitão Enéas	970	6,7	Renda e escolaridade médias → notificação mais alta
Monte Formoso	780	5,9	Vulnerabilidade extrema → subnotificação provável
Jaíba	1.120	7,4	Melhores condições → maior acesso institucional
Jequitinhonha	830	6,0	Baixa renda → risco estrutural e silêncio social

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Considerando, desta forma, as variáveis renda e escolaridade em termos da relação com violência, nota-se que em função da baixa escolaridade pode limitar a compreensão de direitos e o acesso a mecanismos de denúncia, assim como a renda baixa se constituir em um fator de dependência econômica, ambas as variáveis podem reforçar a submissão da mulher no âmbito conjugal e familiar. Mulheres com ensino médio completo ou superior demonstram maior propensão à denúncia, mas não necessariamente menor exposição à violência, o que tende, apenas, a se constituir em uma maior possibilidade de dar visibilidade ao caso. Mesmo onde há maior escolarização feminina (Jaíba e Botumirim), a violência não diminui, mas tende a ser mais denunciada e reconhecida institucionalmente.

Quadro 4 - Síntese interpretativa das variáveis que podem influenciar na violência contra a mulher no meio rural

Variável	Relação predominante com a violência física	Tipo de efeito
Ocupação	Informalidade e trabalho doméstico → maior vulnerabilidade	Estrutural
Idade	30–49 anos → fase de maior convivência conjugal	Cíclico/intergeracional
Cor da pele	Mulheres negras/pardas → menor proteção institucional	Interseccional
Religião	Crenças conservadoras → manutenção da subordinação	Cultural
Renda e escolaridade	Baixa renda e baixa escolaridade → risco e subnotificação	Socioeconômico

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A partir do quadro é possível identificar que a violência contra a mulher nos municípios de pequeno porte resulta da interação complexa entre fatores **estruturais, culturais,**

socioeconômicos e interseccionais, que reforçam condições históricas de desigualdade de gênero e ampliam a vulnerabilidade feminina nesses territórios.

Assim, o quadro sintetiza como múltiplas dimensões — econômicas, sociais, culturais e raciais — se sobrepõem para aumentar a probabilidade de violência contra a mulher nos municípios analisados, revelando que políticas de enfrentamento precisam ser integradas, territorializadas e sensíveis às especificidades desses contextos.

4.4 Síntese Interpretativa

A análise dos dados sobre a violência doméstica contra a mulher nos cinco municípios do Semiárido Mineiro entre 2019 e 2022 revela um cenário de persistência e estabilidade nos registros, com pequenas variações anuais. No total, foram contabilizados 2.525 registros junto à Polícia Militar de Minas Gerais. Dentre os tipos de ocorrência, destacam-se ameaça (38,1%), vias de fato/agressão (22,7%) e lesão corporal (17,5%), que juntas somam cerca de 78% das notificações, evidenciando a predominância das formas física e psicológica de violência. Com relação a distribuição espacial dos registros observamos que Jaíba (36,4%) e Jequitinhonha (32,0%) concentram a maior parte dos casos, o que se explica parcialmente por seus maiores contingentes populacionais. Capitão Enéas apresenta, entretanto, as maiores taxas proporcionais de violência, o que indica que o tamanho populacional não é o único determinante da incidência. Já Botumirim e Monte Formoso mantêm os menores números absolutos, mas ainda expressivos em relação à dimensão social desses municípios.

Quanto à evolução da violência no período analisado, observa-se leve redução nos registros de ameaça e lesão corporal e crescimento das ocorrências de vias de fato/agressão e descumprimento de medidas protetivas, fenômeno que coincide com o período da pandemia de COVID-19, quando estudos da ONU e da OMS já apontavam o agravamento da violência doméstica em função do isolamento e das dificuldades de acesso a redes de proteção.

A análise por tipo de violência e município reforça diferenças de perfil: Botumirim apresenta predominância de ameaças (48,1%), Jaíba se destaca em lesão corporal (24,3%), Capitão Enéas em agressões físicas diretas (28,0%), e Jequitinhonha exibe o maior percentual de outras formas de violência (26,3%), revelando diversidade nas manifestações da violência entre os contextos locais.

Ao relacionar esses dados com o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), observa-se uma relação inversa entre o nível de desenvolvimento social e a incidência de violência doméstica: quanto maior o IMRS, menores tendem a ser os registros de violência. Municípios com melhores condições sociais, econômicas e institucionais apresentam taxas mais

baixas, enquanto aqueles com maior vulnerabilidade social — como Capitão Enéas e Jaíba — exibem maior frequência de ocorrências. Essa correlação reforça que a violência doméstica não é apenas um fenômeno individual, mas também estrutural e socialmente condicionado, refletindo desigualdades, fragilidade das redes de apoio e vulnerabilidade econômica.

A ocupação predominantemente informal e não remunerada das mulheres nesta região reforça a dependência financeira e a vulnerabilidade conjugal, especialmente em municípios de menor dinamismo econômico como Botumirim e Monte Formoso. A faixa etária mais afetada (30–49 anos) coincide com o período de maior convivência conjugal e carga reprodutiva, o que amplia o risco de violência e dependência. A dimensão racial também é relevante: a maior incidência sobre mulheres negras e pardas, em contextos de isolamento territorial, revela a intersecção entre desigualdades de gênero, raça e território. A religião, por sua vez, exerce papel ambíguo: pode tanto reforçar valores patriarcais e silenciadores quanto oferecer redes comunitárias de acolhimento. Finalmente, baixa renda e baixa escolaridade aparecem como fatores que intensificam o risco e reduzem a capacidade de denúncia, enquanto maior escolarização, embora não elimine a violência, tende a aumentar a visibilidade institucional dos casos. Assim, as variáveis estruturais e culturais ajudam a compreender a complexidade e a persistência da violência doméstica, mesmo em contextos de avanços sociais pontuais.

5. Considerações finais

Ao relacionar a leitura dos dados quantitativos (IMRS e registros policiais) com as variáveis estruturais e culturais, observa-se que a violência doméstica contra a mulher nos municípios de pequeno porte no semiárido mineiro é um fenômeno multidimensional, moldado tanto por condições socioeconômicas objetivas quanto por padrões culturais persistentes. Municípios com baixo IMRS reúnem as condições que intensificam a vulnerabilidade feminina: trabalho informal, baixa renda, pouca escolaridade e fraca presença institucional, às quais se somam fatores culturais e simbólicos, como o patriarcalismo religioso e o racismo estrutural. Mesmo em municípios com melhores indicadores sociais, a violência persiste, revelando que avanços no desenvolvimento humano não são suficientes para desestruturar práticas culturais de dominação masculina.

Assim, o estudo mostra que a violência doméstica não se explica apenas por carências materiais, mas pela interação entre desigualdades sociais e valores culturais arraigados, que sustentam a dependência e o silêncio das mulheres. O IMRS, ao sintetizar as dimensões sociais e institucionais, e as variáveis estruturais, culturais e ainda ao revelar as dinâmicas de gênero e

poder, permitem compreender a violência doméstica como expressão de desigualdades interseccionais e estruturais, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas — que combinem desenvolvimento social, empoderamento feminino e transformação cultural.

Referências

DEKESEREDY, Walter S. New directions in feminist understandings of rural crime. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 39, p. 180-187, 2015.

Gráfico: Violência contra mulheres. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Diagnóstico estadual da incidência da violação dos direitos nos municípios de pequeno porte I sem cobertura de CREAS em Minas Gerais no ano de 2022*. Belo Horizonte, 2022. p. 35. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/Final---DIAGNOSTICO-INCIDENCIA-VIOLAO-SUBAS-2022--DIAGRAMADO-FINAL-1.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

IMRS. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

IREGUI-BOHÓRQUEZ, Ana María; RAMÍREZ-GIRALDO, María Teresa; TRIBÍN-URIBE, Ana María. Domestic violence against rural women in Colombia: the role of labor income. *Feminist Economics*, v. 25, n. 2, p. 146-172, abr. 2019. DOI: 10.1080/13545701.2019.1566752.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. [S.l.]: [s.n.], 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Diagnóstico estadual da incidência da violação dos direitos nos municípios de pequeno porte I sem cobertura de CREAS em Minas Gerais no ano de 2022*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/Direitos_humanos/Final---DIAGNOSTICO-INCIDENCIA-VIOLAO-SUBAS-2022--DIAGRAMADO-FINAL-1.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

RENNISON, Callie Marie; DEKESEREDY, Walter S. Situational contexts of rural violence: a comparison of male and female perpetration. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 189-206, 2017. DOI: 10.1177/1043986216688813.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, n. 2, p. 59-79, jun. 2004.

SEGATO, Rita Las Estructuras Elementales de la Violencia. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SONG, Yueping; DONG, Xiao-Yuan. Domestic violence and women's land rights in rural China: findings from a national survey in 2010. *Journal of Development Studies*, v. 53, n. 9, p. 1471-1485, 2017.